

## MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR

### ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

1 No dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Edifício Parque Cidade Corporate,  
2 Torre A, SCS, Quadra 09, 10º andar, sala Plenária, foi realizada a 83ª Reunião Ordinária do  
3 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes os seguintes  
4 conselheiros e conselheiras: Titular **Anielle Francisco da Silva** – Presidenta do Conselho Nacional  
5 de Promoção da Igualdade Racial e Ministra de Estado da Igualdade Racial (MIR); Suplente  
6 **Larissa da Cruz Santiago** – Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Promoção da  
7 Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Titular **Ana Carolina Souza Ferreira** –  
8 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Titular  
9 **Ana Flávia Magalhães** – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Titular  
10 **Marcos Fábio Cardoso de Faria** – Casa Civil da Presidência da República (CC-PR); Titular  
11 **Marilda Oliveira de Brio Cohen** – Ministério das Cidades (MCidades); Suplente **Luana Alves de**  
12 **Melo** – Ministério das Cidades (MCidades); Titular **Elisangela Lizardo de Oliveira** – Ministério  
13 da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Titular **Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas** –  
14 Ministério das Comunicações (MCom); Titular **Diogo André Silvestre da Silva** – Ministério do  
15 Esporte (MESP); Titular **Daniela Luciana da Silva** – Ministério da Integração e do  
16 Desenvolvimento Regional (MIDR); Suplente **Natalia Mori Cruz** – Ministério da Integração e do  
17 Desenvolvimento Regional (MIDR); Titular **Vânia Viana Santos** – Ministério das Mulheres  
18 (MMulheres); Titular **Danielle Cavagnolle Mota** – Ministério do Planejamento e Orçamento  
19 (MPO); Titular **Eduardo Gomor dos Santos** – Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);  
20 Titular **André Fernando** - Ministério dos Povos indígenas (MPI); Suplente **Júlia Brito Ospina** -  
21 Ministério dos Povos indígenas (MPI); Suplente **Eduardo da Rocha Modesto Galvão** – Ministério  
22 das Relações Exteriores (MRE); Suplente **Ronald Crispim Sena Barros** – Ministério do Trabalho  
23 e Emprego (MTE); Suplente **Andréia Amorim Dias** – Secretaria-Geral da Presidência da

24 República (SG-PR); Suplente **Maria Angela Inácio** – Fundação Cultural Palmares (FCP); Suplente  
25 **Mariana Braga Teixeira** – Ministério da Cultura (MinC); Titular **Maria Júlia Reis Nogueira** –  
26 Central Única dos Trabalhadores (CUT); Suplente **Ana Cristina dos Santos Duarte** – Central  
27 Única dos Trabalhadores (CUT); Titular **Marina Lais Duarte da Silva** – União de Negras e  
28 Negros pela Igualdade (UNEGRO); Suplente **Ricardo Soares Teixeira** – União de Negras e  
29 Negros pela Igualdade (UNEGRO); Titular **Edvalda Bispo dos Santos Viana** – Associação  
30 Nacional das Mulheres Ciganas; Suplente **Marcos Túlio Costa Gattas** – Associação Nacional das  
31 Mulheres Ciganas; Titular **Jovanna Cardoso da Silva** – Fórum Nacional de Travestis e  
32 Transexuais Negras e Negros (FONATRANS); Titular **Nuno Coelho de Alcantara Júnior** –  
33 Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs); Suplente **Valdice Gomes da Silva** –  
34 Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs); Titular **Airton Ferreira da Silva** –  
35 Coalizão Negra Por Direitos; Titular **Igor Correia dos Prazeres** – Coordenação Nacional de  
36 Entidades Negras (CONEN); Suplente **Maria de Nazaré Costa da Cruz** – Coordenação Nacional  
37 de Entidades Negras (CONEN); Titular **Lucas Ferreira do Nascimento** – Coletivo Nacional de  
38 Juventude Negra (ENEGRECER); Suplente **Afonso José Dias Gomes** – Coletivo Nacional de  
39 Juventude Negra (ENEGRECER); Titular **Valmir Ferreira Martins** – Rede Nacional de Religiões  
40 Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO SAÚDE); Suplente **Luiz Alberto Ferreira Diaz** - Rede  
41 Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (RENAFRO SAÚDE); Titular **Rosenilda Ferreira**  
42 **de Souza Silva** – Movimento Negro Unificado (MNU); Suplente **Karen Liliane do Nascimento** -  
43 Movimento Negro Unificado (MNU); Titular **Maria Albenize Farias Malcher** – Centro de  
44 Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); Suplente **Raimunda Nilma e Melo Bentes** -  
45 Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA); Titular **Antônio Ricardo Herculano**  
46 **da Silva** – Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA); Suplente **Francisca Cristina Santos**  
47 **Miranda** – Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA); Titular **Deuzília Pereira da Cruz** –  
48 Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado; Suplente **Anna Maria Canavarro Bente** – Grupo  
49 de Mulheres Negras Dandara do Cerrado; Titular **Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca**  
50 **D’Osoguiã)** – Casa de Cultura ILE ASE D’OSOGUIÃ (CCIAO); Suplente **Danilo Moura**  
51 **Ferreira Mota** – Casa de Cultura ILE ASE D’OSOGUIÃ (CCIAO); Titular **Vera Beatriz Soares** –  
52 Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

53 (FONSANPOTMA); Suplente **Cleyton Silva de Araújo** – Fórum Nacional de Segurança Alimentar  
54 e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA); Titular **Carlene**  
55 **Patrícia Santos Printes Cabral** – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes  
56 de Quilombo do Pará (Malungu); Titular **Mario dos Santos Campos Junior** – Coordenação  
57 Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Suplente  
58 **Roberto Potácio Rosa** – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais  
59 Quilombolas (CONAQ); Titular **Elaine Maria as Silva de Toledo** – Instituto Alma Preta  
60 Jornalismo; Suplente **Pedro Borges Franco Zimermann do Nascimento** – Instituto Alma Preta  
61 Jornalismo; Titular **Pedro Paulo da Cunha Carvalho** – Rede Amazônia Negra (RAN); Suplente  
62 **Rosiani Sanches Moura** – Rede Amazônia Negra (RAN); **Douglas Belchior** – Notório Saber;  
63 **Wanderson Flor Do Nascimento** – Notório Saber; **Zélia Amador de Deus** – Notório Saber.  
64 Participaram, como convidados, **Roberta Eugênio** – Secretária-Executiva do Ministério da  
65 Igualdade Racial (MIR); **Yuri Silva** – Diretor de Políticas de Combate e Superação do Racismo da  
66 Secretaria de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da  
67 Igualdade Racial (MIR); e **Isadora Bispo** – Diretoria de Articulação Interfederativa da Secretaria  
68 de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial  
69 (MIR); **ABERTURA:** Dando início aos trabalhos, a Presidenta Anielle Francisco da Silva fez a  
70 leitura da programação: abertura da fala; verificação da presença da existência de *quórum* para  
71 instalação do colegiado; leitura e aprovação da ordem do dia e da ata; apresentação da secretária-  
72 executiva; inscrições para fala; início da articulação para votação do vice-presidente do CNPIR. Ato  
73 seguinte, a Secretária-Executiva Larissa Cruz Santiago anunciou que todos os conselheiros da  
74 sociedade civil receberam por e-mail a ata da reunião anterior, a programação dos três dias de  
75 trabalho e a pauta, e pediu encarecidamente que todos sempre confirmem os e-mails; explicou que o  
76 *quórum* é necessário para o estabelecimento das reuniões; e contou que foi criada uma lista de  
77 transmissão no *WhatsApp* para que os conselheiros da sociedade civil tenham um canal de  
78 comunicação mais rápido. Foram entregues aos conselheiros os Certificados assinados pela  
79 secretaria executiva. Então, o Conselheiro Pedro Paulo da Cunha Carvalho comentou uma questão  
80 muito particular na Região Norte a respeito das passagens, explicando que o acesso é muito restrito,  
81 e pediu mais atenção para isso. Em resposta, a Presidenta Anielle Francisco da Silva concordou,

82 disse que a antecipação é primordial e solicitou uma lista de datas para discutir a melhor rota com  
83 antecedência. Já a Secretária-Executiva Larissa Cruz Santiago pediu desculpas pelos transtornos e  
84 prometeu reunir esforços para melhorar os deslocamentos. Ato contínuo, a Conselheira Maria Júlia  
85 Reis Nogueira questionou se os termos de posse serão assinados durante a reunião, ao que a  
86 Secretária-Executiva Larissa Cruz Santiago explicou que tanto os termos podem ser impressos e  
87 assinados na reunião quanto eletronicamente, através do “Sou Gov”. Em votação, decidiu-se pela  
88 assinatura eletrônica. Seguindo para a aprovação da ata da 82º Reunião Ordinária, o Conselheiro  
89 Pedro Paulo da Cunha Carvalho sugeriu aprovação imediata da mesma devido ao tempo, o que foi  
90 concedido e, portanto, a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Conselheiro Airton  
91 Ferreira da Silva solicitou tempo para a fala sobre o requerimento da Coalizão Negra por Direitos e  
92 das organizações que a compõem. Disse que a Coalizão Negra por Direitos, que é uma articulação  
93 política que reúne duzentos e noventa e duas organizações negras e aliada da promoção da  
94 igualdade racial e enfrentamento de todas as formas de racismo e opressão que atravessam a vida da  
95 população negra, propôs, em parceria com diversos coletivos de mães de vítima do estado e com o  
96 apoio de sete partido político, a medida judicial conhecida como de Arguição de Descumprimento  
97 de Preceitos Fundamental (ADPF). Em virtude de ações e omissões do estado brasileiro responsável  
98 por cerca de quinhentos anos de violação de direitos fundamentais, do sequestro do continente  
99 africano, da escravização e do genocídio negro, denunciaram ao Supremo Tribunal Federal o estado  
100 de coisas inconstitucional que negam cidadania ao povo negro. O STF entendeu admissível a  
101 provocação judicial da Coalizão Negra por Direito e, no ano de 2022, designou a abertura de  
102 julgamento na ata da data atual, vinte e dois de novembro de 2023, às 14h, na modalidade  
103 presencial no Plenário do STF. Contou que é possível que pela primeira vez na história do país as  
104 variações sistemáticas e generalizada aos direitos humanos da população negra, especificamente os  
105 preceitos fundamentais como o direito, a vida, a saúde, a segurança e a alimentação, sejam alvo de  
106 estabilização e reparação. Informou que as instituições propõem que o CNPIR aprove o  
107 requerimento de habilitação, à semelhança do que foi visto por parte do Conselho Nacional de  
108 Direitos Humanos. Requereu ainda que a sessão da tarde do CNPIR seja deslocada para o plenário  
109 do STF, para a garantia da presença massiva do MIR e do CNPIR, acompanhamento e participação  
110 por hora na condição de observadores na abertura da Sessão de Julgamento da Audição de

111 Descumprimento de Preceito Fundamental pelas Vidas Negras. Para tanto, explicou que seria  
112 necessário contatar o gabinete do Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, para a  
113 solicitação da reserva de cadeiras. Por fim, solicitou que o CNPIR dê ciência do conteúdo do ADPF  
114 973, entendendo que não há pauta mais emergencial nessa data do que o início do julgamento que  
115 pode reconhecer o genocídio do povo negro brasileiro pelo Estado. A Presidenta Anielle Francisco  
116 da Silva afirmou que já estava ciente e fez as devidas articulações para estar presente no  
117 julgamento, mas não sabe se é possível mover a reunião, como solicitado. Depois, a Secretária-  
118 Executiva Larissa Cruz Santiago confirmou que foram feitos dois pedidos: a presença no  
119 julgamento e o requerimento. O Conselheiro sugeriu a representatividade do CNPIR através de dois  
120 conselheiros de governo e dois da sociedade civil, quatro conselheiros portanto, no julgamento. Por  
121 fim, a Presidenta Anielle Francisco da Silva concordou e fez encaminhamentos questionando  
122 quantas pessoas do conselho poderiam estar presentes, pedindo que a escolha dos representantes  
123 ficasse para imediatamente antes do horário de almoço, para que se pudesse seguir com a pauta,  
124 cujo próximo item foi anunciado como o início da votação para vice-presidência do CNPIR pela  
125 Secretária-Executiva Larissa Cruz Santiago. Explicou que a mesa diretora é composta pela  
126 Presidenta e Ministra Anielle Francisco da Silva, o vice-presidente e os coordenadores que  
127 compõem as comissões permanentes e grupos de trabalho, que serão escolhidos no período da tarde.  
128 Então, abriu para as candidaturas à vice-presidente. O primeiro a se manifestar foi o Conselheiro  
129 Antônio Ricardo Herculano da Silva, que apresentou a Conselheira Marina Lais Duarte da Silva,  
130 uma jovem negra e da Bahia, que tem em um histórico de experiência de conselho, como candidata.  
131 O Conselheiro Pedro Paulo da Cunha Carvalho pediu a palavra para lembrar que, antes da reunião,  
132 foi solicitado que as organizações da sociedade civil pudessem fazer uma discussão sobre essas  
133 indicações fora da sala de reuniões. A Presidenta Anielle Francisco da Silva disse que, por conta do  
134 horário, seria inviável que todos saíssem, mas que a discussão poderia ser feita na sala de reuniões.  
135 Na sequência, a Conselheira Maria de Maria Nazaré Cruz concordou que, como a vice-presidência é  
136 da sociedade civil, os representantes precisariam conversar na busca de um consenso progressivo,  
137 ao que o Conselheiro sugeriu que os membros da sociedade civil ficassem na sala, uma vez que  
138 estão em maior número, e que os membros do governo se retirassem por 20 minutos, o que foi  
139 acatado. Após o período determinado, a Conselheira Maria Júlia Reis Nogueira contou que foi feito

140 um exercício falando da importância que é para a sociedade civil ter a vice-presidência, que possa  
141 avançar na questão do combate ao racismo e nas políticas antirracistas, mantendo o diálogo com a  
142 sociedade civil. Anunciou que o nome escolhido foi o da Conselheira Marina Lais Duarte da Silva,  
143 que agradeceu a confiança, relatou as lutas da comunidade negra e se comprometeu a ajudar a  
144 reconstruir o conselho com a sociedade civil e com diálogos com o governo. Sem mais candidatos e  
145 manifestações, a Secretária-Executiva Larissa Cruz Santiago declarou a eleição da Conselheira  
146 Marina Lais Duarte da Silva como vice-presidente do conselho. Por fim, a Presidenta Anielle  
147 Francisco da Silva convidou a vice-presidente a compor a mesa. Na sequência, a Presidenta Anielle  
148 Francisco da Silva fez a leitura da pauta da tarde: definição de comissões permanentes;  
149 indicação para comissões e comitês; convidados CNPIR; saúde da população negra; apresentação e  
150 aprovação do calendário; inscrições de fala; intervalo, informes gerais; considerações finais e  
151 encerramento. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Paulo da Cunha Carvalho trouxe mais uma  
152 questão importante da Região Norte, especificamente da Amazônia Legal, que é a instauração do  
153 Comitê do Plano de Igualdade Racial da Amazônia Legal, e acredita que um dos núcleos de  
154 trabalho tem que ser uma Comissão da Amazônia Legal. O Conselheiro afirmou que os  
155 procedimentos técnicos para cumprir com essa promessa já foram iniciados, com toda a criação  
156 técnica para publicação da portaria ministerial instituindo o comitê e elaboração do plano de racial  
157 para Amazônia Legal prontos. Fez também um informe sobre a DPF da Coalizão Negra por  
158 Direitos, em resposta ao Conselheiro Airton Ferreira da Silva, explicando que foram produzidas  
159 notas técnicas orientando no sentido de reconhecer o estado de coisa inconstitucional que vive a  
160 população negra do Brasil, o que vai ser, se assim o STF decidir, uma posição histórica.  
161 Aproveitando o assunto, a Conselheira Maria Nazaré Cruz propôs a criação de uma comissão ou  
162 grupo de trabalho para discutir a questão da COP-30, justificando que ficou claro nos diálogos  
163 amazônicos realizados em Belém recentemente que há uma invisibilização da pauta racial na  
164 Amazônia. Depois, o Conselheiro solicitou um tempo no período da tarde para discutir o andamento  
165 da V CONAPIR. Ato seguinte, o Conselheiro Wanderson Flor Do Nascimento reforçou a  
166 necessidade de informes sobre a CONAPIR e lembrou da escolha dos acompanhantes da Ministra  
167 ao STF. Então, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres estabeleceu algumas preocupações a  
168 respeito de avaliar as necessidades das regiões e os arranjos institucionais já consolidados. Contou



169 também que, no Nordeste, há a questão da implementação dos estatutos e de vários outros espaços  
170 governamentais e arranjos que precisam ser organizados, sendo que afirmou ser papel do conselho  
171 ajudar os estados e municípios. Então, a Conselheira Rosa Negra relatou que, no seu estado,  
172 Rondônia, a política racial tem sido conduzida apenas pela sociedade civil, o que é um problema,  
173 mas que há o esforço de dialogar com o Ministério Público e denunciar algumas práticas próprio  
174 governo do estado. Questionou quais são as estratégias nesses estados onde não tem acontecido,  
175 pela parte do governo, a política de igualdade racial, e reforçou a importância dos grupos de  
176 trabalho supracitados. Complementando o que a Conselheira Maria Nazaré Cruz disse, o  
177 Conselheiro Airton Ferreira da Silva levantou a questão da criação da Comissão da Mudanças  
178 Climática e Racismo Ambiental, além de mencionar a sugestão da Conselheira Jovanna Cardoso da  
179 Silva, que precisou se ausentar, sobre uma Comissão LGBTQIA+ de Negros e Negras. A  
180 Conselheira Carlene Patrícia Santos Printes Cabral questionou o que está sendo feito pelo MIR nas  
181 comunidades quilombolas amazônicas, que enfrentam as secas e necessitam de água e alimentos.  
182 Depois, a Conselheira Vera Beatriz Soares afirmou que todos os presentes estão com um anseio  
183 para falar, devido aos quinhentos anos de exclusão que sofreram. Discorreu sobre o racismo  
184 religioso, explicou que o combate à fome não se resolve com cestas básicas, e sim com o trabalho  
185 cooperativo e coletivo. Com a palavra, o Conselheiro Lucas Ferreira do Nascimento discorreu sobre  
186 a violência no seu estado, a Bahia, cuja polícia é a que mais mata no país, com o pretexto da falsa  
187 narrativa de guerras às drogas, que é uma narrativa que promove a necropolítica e que tem como  
188 alvo sobretudo os corpos de jovens negros brasileiros. O Conselheiro Ricardo Soares Teixeira  
189 propôs pensar em uma comissão que tratasse da educação e da cultura, explicando que a Lei  
190 10.639/2003 ainda não é aplicada e, portanto, é preciso que as organizações estejam presentes nas  
191 escolas. Contou que há um projeto chamado “Identidade Preta” na cidade de Maricá, através da  
192 UNEGRO, onde são feitos trabalhos nas escolas para desconstruir o racismo e disseminar a cultura  
193 afro. Apresentando uma demanda da sociedade civil, o Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota  
194 falou sobre a necessidade de rever os documentos dos marcos legais do conselho, por estarem  
195 inclusive defasados, através de um grupo de trabalho. Sugeriu duas mudanças estruturais no  
196 conselho: que passe a ser paritário e que passe a ser deliberativo. Por fim, a Conselheira Edvalda  
197 Bispo dos Santos Viana pediu que o povo cigano tenha voz no conselho, já que historicamente é um

198 povo que nunca é lembrado, e que não tem políticas públicas acessíveis a eles. Trouxe relatos sobre  
199 a violência contra ciganos e sobre a autodeclaração falsa. Lembrou que “povos tradicionais” é um  
200 conjunto, e não apenas um. Ato seguinte, foi feita a votação dos representantes do conselho para  
201 comparecerem ao julgamento junto com a Ministra e Presidenta, sendo que foram escolhidos: Rosa  
202 Negra, Airton Ferreira da Silva, Afonso José Dias Gomes e Anita Benite. Após o intervalo, com a  
203 ausência da Presidenta Anielle Francisco da Silva devido ao julgamento, a Vice-Presidente Marina  
204 Lais Duarte da Silva iniciou a definição das comissões permanentes explicando que já há algumas  
205 instituídas e outras deliberadas. Então, o Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota questionou em  
206 que momento foram feitas tais deliberações e pediu que o decreto das comissões fosse enviado via  
207 lista de transmissão. Na sequência, foi feita pela Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva a  
208 leitura do decreto das comissões, de 2003, e das comissões propostas no período da manhã:  
209 Comissão de Amazônia Legal; GT do COP-30; Racismo Ambiental; LGBTQIA+; Comissão  
210 Permanente de Juventude, Educação e Cultura; e Comissão de Povos Tradicionais de Matriz  
211 Africana. O Conselheiro lembrou que, regimentalmente, as comissões são compostas por até sete  
212 membros, que as comissões permanentes são sete, fora os grupos de trabalho e comissões sugeridas,  
213 o que causa uma falta de membros para compô-las. Sugeriu retomar a ideia da possibilidade de uma  
214 comissão permanente de conselhos, algo que foi iniciado anteriormente, porém interrompido, com a  
215 função de pensar, cuidar, articular, organizar, atender as demandas e seus encaminhamentos vindos  
216 dos conselhos estaduais. A Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva lembrou que, além das  
217 supramencionadas, há ainda as comissões deliberadas por outros Ministérios, aos quais precisarão  
218 ser eleitos conselheiros para participar, e que então foram lidos pela Secretária-Executiva Larissa da  
219 Cruz Santiago: Grupo de Trabalho Interministerial para Elaboração do Programa Nacional de Ações  
220 Afirmativas; Grupo Interministerial com a Finalidade de Elaborar Propostas para a Política  
221 Nacional de Cuidados e Proposta do Plano Nacional de Cuidados; Comitê Técnico da Saúde da  
222 População Negra, com finalidade de estabelecer uma estrutura de monitoramento e avaliação da  
223 política nacional de saúde integral da população negra; Comissão de Análise de Personalidades  
224 Notáveis Negras, a pedido da Fundação Cultural Palmares; Comissão Nacional de Enfrentamento à  
225 Violência no Campo. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva disse que  
226 gostaria de propor uma Comissão de Moradia, porém entende que é preciso tratar das demandas



227 interministeriais primeiro e questionou se as comissões são permanentes. Depois, o Conselheiro  
228 Pedro Paulo da Cunha Carvalho confirmou que é preciso priorizar e que, em alguns casos, é  
229 possível fundir comissões. Já o Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota concordou que, em alguns  
230 casos, é possível fundir, entretanto, em outros, a emergência e a especificidade do tema exigem um  
231 espaço próprio para o debate. Comentou também que haverá conselheiros suficientes se forem  
232 levados em conta titulares e suplentes. Na contramão, a Conselheira Maria Júlia Reis Nogueira  
233 lembrou que é a primeira reunião dos conselheiros e disse que o primeiro debate deveria ser o do  
234 regimento interno e se ele atende os anseios do conselho, além de levantar que a inclusão dos  
235 suplentes nas comissões gera custos. Além disso, disse que a sociedade civil tem questões  
236 importantes sobre o decreto que gostaria de contemplar. Com isso em mente, a Vice-Presidente  
237 Marina Lais Duarte da Silva propôs o encaminhamento para criar um Grupo de Trabalho para  
238 Revisão do Regimento, para ganhar tempo. O Conselheiro sugeriu que o GT fosse sobre os marcos  
239 regulatórios do conselho, para incluir inclusive o decreto. Depois, a Conselheira Edvalda Bispo dos  
240 Santos Viana reforçou que gostaria de algum GT que incluísse o povo cigano. Quando questionada  
241 pela Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva sobre uma proposta de encaminhamento,  
242 solicitou que a causa fosse incluída no GT de Direitos Humanos. Com isso, o Conselheiro  
243 Wanderson Flor Do Nascimento falou que todos do GTs e comissões devem incluir todos os povos:  
244 terreiro, quilombolas, ciganos, indígenas e o restante da população negra. A Conselheira Júlia Brito  
245 Ospina concordou com os pontos anteriores, levantando que acha importante a revisão do  
246 regimento, que muitas vezes usa a frase “*população negra e outros segmentos étnicos da*  
247 *população brasileira*”. A partir disso, acredita que haja a possibilidade de incluir todas as pautas  
248 dentro de todas as comissões que surgirem, para que os grupos de trabalho tenham pautas gerais,  
249 temas gerais, mas que todas as ênfases estejam incluídas. Sugeriu também um grupo de trabalho  
250 específico para povos indígenas e ciganos, para alinhar essas pautas e poder incidir melhor sobre os  
251 grupos de trabalho que teriam temas gerais. A Secretária-Executiva Larissa da Cruz Santiago, a  
252 título de informe, disse que há, dentro do Ministério da Igualdade Racial, a Secretaria de Políticas  
253 para Povos e Comunidades Tradicionais e, dentro desta secretaria, uma diretoria específica para  
254 povos ciganos. Na sequência, a Conselheira Jovanna Cardoso da Silva expos a possibilidade de uma  
255 Câmara Técnica de Monitoramento da Violência Étnico Racial e LGBT fóbica, que englobe ciganos

256 e LGBTQIA+. Ao contínuo, a Conselheira Valdice Gomes da Silva tocou em um tema que perpassa  
257 por todas as temáticas discutidas, que é a questão da comunicação, a exemplo do GT sobre Ações e  
258 Estratégias de uma Comunicação Antirracista no Governo Federal, que está sendo desenvolvido.  
259 Por isso, julga importante uma Subcomissão de Comunicação Antirracista dentro da Comissão de  
260 Mobilização e Informação. Com a palavra, o Conselheiro Airton Ferreira da Silva acrescentou que o  
261 fato de o conselho ser consultivo e não ter um caráter deliberativo gera muitas restrições, inclusive  
262 de fazer o controle social das outras políticas. Também disse que os ciganos não devem ser  
263 incluídos apenas nos GTs, por serem temporários. Subsequentemente, o Conselheiro Igor Correia  
264 dos Prazeres chamou atenção para o Decreto nº 6.040 e reforçou a necessidade de, no mínimo, um  
265 GT para revisão do regimento e das normativas, sendo que o debate sobre a definição das comissões  
266 deveria ser posterior. Então, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva explicou que a proposta  
267 não é definir os GTs e comissões imediatamente, e sim elencar as propostas, e que o único GT que  
268 será efetivado na presente reunião é o que tratará da revisão do regimento. Ato seguinte, a  
269 Conselheira Ana Flávia Magalhães falou da importância da revisão do regimento, mas disse que ao  
270 mesmo tempo é importante também um levantamento das agendas e das demandas que estão sendo  
271 postas, para estabelecer que tipo de ação será tomada, uma vez que a força de um conselho como o  
272 CNPIR está no adensamento da reflexão. Disse que uma Oficina de Planejamento Estratégico do  
273 CNPIR é fundamental inclusive para desenvolver o plano de ação, que certamente precisa estar  
274 casado com o regimento. Lembrou também que as comissões devem ter no máximo sete  
275 integrantes, e não obrigatoriamente sete, mas recomendou um número ímpar para o caso de  
276 desempates. Outra questão levantada foi que, uma vez que há menos representantes dos povos  
277 indígenas e ciganos no conselho, não é possível que esses povos tenham representantes em todas as  
278 comissões. Por fim, indicou como proposta uma oficina de planejamento já com a previsão de uma  
279 revisão, uma vez que muita coisa se prova não realizável durante o processo. Então, a Conselheira  
280 Vera Beatriz Soares reforçou que algumas comissões estão intrínsecas umas com as outras e  
281 concordou com a posição da Conselheira Ana Flávia Magalhães. Já o Conselheiro Valmir Ferreira  
282 Martins defendeu a Comissão do Comitê Técnico em Saúde, assim como a climática, e a revisão do  
283 decreto para tornar o conselho deliberativo. Por fim, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva  
284 anunciou a construção do GT de Revisão do Regimento, inclusive com uma apresentação das

285 normativas para o conselho, para melhor entendimento e esclarecimento das dúvidas. Ao ver um  
286 amplo interesse por participar do GT, o Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota reforçou que não  
287 há a necessidade de representantes de todos os nichos, uma vez que o regimento será aprovado pelo  
288 conselho, ao que a Conselheira Jovanna Cardoso da Silva concordou e afirmou que precisam ser  
289 pessoas que entendam de legislação, ao contrário dela mesma. O Conselheiro Nuno Coelho de  
290 Alcantara Júnior contou que foi coordenador do GT que fez a revisão do regimento em 2018,  
291 publicado em 2020, processo que levou um ano para ser concluído, uma vez que depende de  
292 pareceres técnicos de outras entidades e não pode ir contra o decreto. Lembrou que a prioridade  
293 neste caso não é política, e sim técnica, para que o texto seja reescrito por quem entende do assunto,  
294 além da questão do deslocamento. O Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria concordou e  
295 reforçou que, embora o GT não precise, o regimento deve ser representativo. Dito isso, o  
296 Conselheiro Pedro Paulo da Cunha Carvalho refletiu sobre a viabilidade de criar comissões  
297 paralelas ao GT de revisão. Já o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres insistiu na necessidade de  
298 representatividade e disse que qualquer membro do conselho pode atuar em qualquer comissão,  
299 uma vez que todos têm suas retaguardas, sugerindo como critério a representatividade e a presença  
300 de duas Redes, por se organizarem com várias entidades ligadas às instituições, o que facilita o  
301 processo. Além disso, sugeriu representações: quilombolas, ciganas, povos do terreiro e juventude.  
302 O Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota sugeriu como critério de escolha experiência prévia  
303 com legislação. Já a Secretária-Executiva Larissa da Cruz Santiago não vê a necessidade basilar de  
304 experiência prévia, já que o regimento vai passar por várias comissões jurídicas. Diante das  
305 questões expostas, a Conselheira Mariana Braga Teixeira retirou sua inscrição em nome do  
306 Ministério da Cultura. Já o Conselheiro Ricardo Soares Teixeira reforçou a dificuldade que é  
307 trabalhar um regimento interno, afirmou que é importante os conselheiros confiarem uns nos outros  
308 e propôs que o GT estipule um prazo para colaborações dos demais conselheiros que não façam  
309 parte do grupo, com garantia de uma prestação de contas. Ato seguinte, a Conselheira Júlia Brito  
310 Ospina contou seus receios ao ouvir que qualquer ato normativo seja único e exclusivamente  
311 técnico e explicou que o primeiro capítulo do regimento especificamente é político, e que os demais  
312 são padronizados. Dito isso, afirmou que o GT vai focar muito mais nessa parte política, em quem  
313 está representado no documento, e concordou com a proposta do Conselheiro Igor Correia dos

314 Prazeres. Por fim, o Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota falou que, tendo em vista o que foi  
315 dito pela Conselheira Júlia Brito Ospina sobre as mudanças serem principalmente sobre  
316 representação, o conselho como um todo está de acordo e, talvez, nem mesmo seja necessária a  
317 criação do GT. Entretanto, ressaltou que há informações defasadas que precisam ser atualizadas. A  
318 Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva propôs que cada segmento tenha seu representante,  
319 porém que seja alguém com experiência prévia e disponibilidade, e a criação de um canal de  
320 comunicação com os demais integrantes do conselho. Levantada a questão da importância de mais  
321 de uma representação do governo, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva sugeriu também  
322 voltar a participação do Ministério da Cultura. O Conselheiro Antônio Ricardo Herculano da Silva  
323 lembrou o critério utilizado mais cedo a respeito do julgamento, onde quem propôs a ida teve  
324 prioridade na vaga, e sugeriu que o mesmo fosse feito para os integrantes do GT, ao que a Vice-  
325 Presidente Marina Lais Duarte da Silva discordou, pois o critério inicial foi o de prioridades e foi  
326 votado contra. Em sequência, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres se disse incomodado por não  
327 estar havendo consenso coletivo, assim como o método da discussão, que tende a colocar uns contra  
328 os outros. Depois, através do Conselheiro Lucas Ferreira do Nascimento, a juventude retirou sua  
329 participação para pacificar e encaminhar o GT, além de entender que pode participar de próximos  
330 espaços. Após votação, aprovou-se a seguinte composição: Ministério dos Povos Indígenas,  
331 Ministério da Cultura, povos quilombolas, povos ciganos, povos de comunidade tradicional,  
332 Coletivos e Movimento Negro Unificado, sendo que cada segmento deve indicar o representante  
333 mais capacitado até a sexta-feira seguinte, dia 24/11/2023, seja titular ou suplente. A Conselheira  
334 reiterou que a juventude se retirou do GT por respeito às entidades que estão há mais tempo  
335 trabalhando e pelo senso de responsabilidade coletiva, o que desejam que se estenda para questões  
336 futuras. Finalizada esta pauta, a Secretária-Executiva Larissa da Cruz Santiago passou para as  
337 indicações das comissões e dos comitês. Com a palavra, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da  
338 Silva disse que a lista não foi enviada aos conselheiros pois o tema ainda estava em discussão  
339 interna, fez a leitura de todas as comissões e disse que as comissões provavelmente exigirão idas  
340 constantes à Brasília; os representantes devem emitir relatórios e pareceres para serem  
341 compartilhados no conselho; será necessária a geração e apresentação de dados aos comitês e  
342 conversas com os Ministérios, a partir de secretarias que já existem. Com a palavra, o Conselheiro

343 Pedro Paulo da Cunha Carvalho reforçou a importância de o conselho entrar em consenso e sugeriu  
344 que cada candidato a representante explique os motivos pelos quais se julga apto a ocupar o cargo,  
345 sem necessariamente um debate prévio. O Conselheiro Danilo Moura Ferreira Mota concordou e  
346 sugeriu usar o mesmo critério norteador, de que as organizações que atuam nos nichos em questão  
347 discutam entre si e apresentem a proposta. Já a secretaria executiva discordou e disse que cada um  
348 pode se candidatar para participar da comissão que quiser, independente da sua experiência, por  
349 acreditar que o intercâmbio é positivo no que diz respeito à tomada de decisões. Com orientação da  
350 Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva, a Conselheira Larissa da Cruz Santiago fez a leitura  
351 mais uma vez e as instituições foram indicadas, para serem determinados os escolhidos após a  
352 pausa. A Conselheira Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca D’Osoguiã) sugeriu estender o prazo até a  
353 próxima sexta-feira, 24/11/2023, uma vez que nem todos os conselheiros puderam estar presentes, o  
354 que não foi acatado. Já o Conselheiro Airton Ferreira da Silva apontou que a questão da saúde da  
355 pessoa negra não deve ficar restrita aos povos de terreiro, por se tratar de um assunto mais amplo e  
356 abrangente. Partindo para as indicações dos candidatos, para o Grupo de Trabalho Interministerial  
357 para Elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas, as instituições foram: CONEN,  
358 Movimento Negro Unificado, CUT, ENEGRECER, APN e Malungo. Para o Comitê Técnico de  
359 Saúde da População negra, se candidataram: Coalizão Negra Por Direitos, CEN, CONAQ e  
360 RENAFRO. A Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo recebeu os seguintes  
361 candidatos: Malungo e CONAQ. Para o Grupo de Trabalho Interministerial para a Proposta da  
362 Política Nacional de Cuidados, candidataram-se: CEDENPA, FONSANPOTMA, Associação  
363 Nacional de Mulheres Ciganas, CONEN e Casa de Cultura ILE ASE D’OSOGUIÃ. Por fim, na  
364 Comissão de Análise das Personalidades Negras Notáveis foram indicados: FONATRANS, Grupo  
365 de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, CEN, Casa de Cultura ILE ASE D’OSOGUIÃ, Instituto  
366 Alma Preta Jornalismo, Movimento Negro Unificado e CONEN. Após o intervalo, o Conselheiro  
367 Danilo Moura Ferreira Mota levantou a questão de as moções, que a Secretária-Executiva Larissa  
368 da Cruz Santiago informou que ficarão para uma reunião futura devido ao tempo, porém ele insistiu  
369 que a moção específica que gostaria de aprovar diz respeito à sanção por parte do Governo da Bahia  
370 da lei que proíbe a contratação de pessoas condenadas por racismo no estado, ao que a Secretária-  
371 Executiva Larissa da Cruz Santiago respondeu que, se abrir exceção para um, todos terão direito.

372 Então, a Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva fez um recorte a respeito do sofrimento das  
373 mulheres negras, que têm um histórico de luta e dor, que sofrem violências e injustiças, e que no  
374 conselho não cabe o desrespeito com membro algum, uma vez que estão todos na mesma luta,  
375 especialmente com as mulheres, principais vítimas do sistema capitalista. Após as discussões no  
376 intervalo, os representantes ficaram definidos conforme segue: Grupo de Trabalho Interministerial  
377 para Elaboração do Programa Nacional de Ações Afirmativas – ENEGRECER e APNs; Comitê  
378 Técnico de Saúde da População Negra - CEN e CONAQ; Comissão Nacional de Enfrentamento à  
379 Violência no Campo - Malungo e CONAQ; Grupo de Trabalho Interministerial para a Proposta da  
380 Política Nacional de Cuidados – CEDENPA e FONSANPOTMA; e Comissão de Análise das  
381 Personalidades Negras Notáveis - FONATRANS e CEN. Entretanto, no caso do Comitê Técnico de  
382 Saúde da População Negra, a Coalizão Negra por Direitos não concordou com a decisão,  
383 argumentando que os segmentos adicionais já têm acento a diversos comitês, pedindo que a  
384 CONAQ seja titular, sendo que a sugestão inicial foi intercalar os postos. Por fim, os demais  
385 concordaram. Já no Grupo de Trabalho Interministerial para a Proposta da Política Nacional de  
386 Cuidados, o dilema se deu entre: CEDENPA, FONSANPOTMA e Associação Nacional de  
387 Mulheres Ciganas, ao que por fim a Associação Nacional de Mulheres Ciganas retirou sua posição.  
388 Seguindo para o próximo item da pauta, a Secretária-Executiva Larissa da Cruz Santiago mostrou a  
389 proposta de calendário para as próximas reuniões, dando destaque a uma possível Reunião  
390 Extraordinária no dia 19/12/2023. A Conselheira Jovanna Cardoso da Silva questionou a  
391 possibilidade das Reuniões Ordinária e Extraordinárias serem uma seguida da outra, o que a  
392 princípio foi dito como inviável, assim como o pedido do Conselheiro Igor Correia dos Prazeres da  
393 Reunião Extraordinária ser no começo do mês, devido à burocracia da prestação de contas. A  
394 Conselheira Daniela também discordou da data, relatando experiências em anos anteriores às  
395 vésperas do recesso. A Secretária-Executiva Larissa da Cruz Santiago lembrou que a próxima  
396 reunião trataria do regimento interno, da CONAPIR e da proposta de planejamento da comissão, e  
397 determinou-se que será feito tudo em sequência, a Reunião Ordinária, o planejamento e a oficina da  
398 CONAPIR, entre os dias 16 e 18/01/2024. Para concluir a reunião, foi feita a revisão da ordem do  
399 dia: eleição da Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva; GT de Revisão das Normativas e  
400 Marcos Regulatórios, com apresentação e trocas didáticas com possibilidade de contribuição por



401 canal de comunicações; eleição por consenso dos nomes das indicações para os grupos de trabalho e  
402 comissões; e pactuação do calendário de janeiro. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva  
403 agradeceu a participação e comprometimento de todos encerrando a 83ª Reunião Ordinária do  
404 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.